

# “FACES NEGRAS NA ESCOLA” – INTERSECCIONALIDADE, INTERCULTURALIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E DIREITOS HUMANOS

KLEIN, Ana Maria; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva; GALINDO, Monica Abrantes. (org.) *Interdisciplinaridade, interculturalidade e interseccionalidade: faces negras na escola*. Curitiba: Appris, 2020. 205 p.

CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA<sup>1</sup>  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP – Brasil

Em um país em que, historicamente, o racismo atravessa todas as esferas e instâncias da sociedade (*defeito de cor, democracia racial*, dentre outras formulações exemplificam isso), o que remete a discussões sobre a questão do *racismo estrutural*; em uma conjuntura em que governantes e autoridades dos diferentes Poderes e níveis de governo cometem e/ou são coniventes, explícita ou tacitamente (por atos, palavras ou prevaricação), com práticas racistas contra pessoas ou populações não brancas, especialmente negros e indígenas; em um momento em que se realiza um direcionado estrangulamento curricular, em especial no que se refere a determinadas disciplinas das Ciências Humanas, mais especificamente aquelas que têm potencialidade de propiciar maior nível de aporte para a crítica das questões étnico-raciais, afetando principalmente a formação de professores; em um contexto de ataques às conquistas relacionadas ao respeito às diversidade ou às diferenças, com a promoção, tácita ou explícita, inclusive no âmbito dos órgãos públicos, de um seletivo *racismo religioso*, decorrente e articulado com outros racismos, em um evidente desrespeito à legislação federal e às convenções internacionais atinentes, das quais o Brasil é signatário, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorre a publicação de uma obra que faz a contraposição a esse distópico cenário, não só colocando em discussão o racismo, mas apresentando, também, proposições antirracistas, articulando as perspectivas da interseccionalidade, interculturalidade e interdisciplinaridade que implicam, inevitavelmente, políticas intersetoriais.

Assim, o título já enuncia a perspectiva ampliada do livro em referência, organizado pelas Profas. Dras. Ana M. Klein, Cláudia M. C. Nigro e Monica A. Galindo (2020), do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Segundo Klein, Nigro e Galindo (2020), a obra decorre de atividades – estudos e ações – levadas a termo pelo Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão (NUPE) da Unesp

de São José do Rio Preto. O livro visa contribuir para uma educação antirracista e para a valorização das culturas africanas. As organizadoras apontam que

Os fundamentos para as discussões propostas neste livro estão nos Direitos Humanos e na dignidade humana que só podem ser observados se há igualdade entre as pessoas; na proposição de análises interdisciplinares e transversais que problematizam o racismo a partir de diferentes campos do conhecimento e na interseccionalidade, pois quando gênero, raça e classe social se cruzam há desigualdades e violências muito mais aprofundadas. (KLEIN; NIGRO; GALINDO, 2020, p. 15).

O livro é composto por 12 capítulos, assinados, individualmente ou em coautoria, por autoras(es) de diferentes áreas, cursos, instituições e localidades do Brasil. Apresentam-se, a seguir, notas sobre principais aspectos de cada capítulo, visando propiciar um panorama da obra ao público leitor.

No primeiro capítulo, intitulado “Políticas educacionais e a questão étnico-racial: entrecruzamento planos de educação e ações programáticas no Maranhão”, Ângelo Rodrigo Bianchini e Luciane Marques Lima analisam o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação do Maranhão, além de outros documentos do Estado brasileiro e de organizações internacionais. Os autores destacam avanços em termos de implementação de políticas de reconhecimento da identidade e do direito à diferença, e ressaltam a relevância de ações afirmativas voltadas às populações negras.

Ramires Santos Teodoro de Carvalho e Alessandra David, no capítulo denominado “Um estudo sobre a história da África e a cultura afro-brasileira na disciplina de conteúdos e metodologias do ensino de história no curso de Pedagogia”, apresentam dados sobre a análise de cinco planos de ensino de instituições do interior paulista, para verificar a presença de conceitos considerados fundamentais para o ensino de história e a incorporação das determinações da legislação nacional no que se refere ao ensino da cultura afro-brasileira. Carvalho e David destacam a relevância do domínio desses conhecimentos para a atividade docente.

No capítulo “FACES negras e faces femininas na escola: as representações de raça e de gênero nos livros didáticos de Física”, Elaine Bettini de Souza e Monica Abrantes Galindo apresentam dados resultantes da análise de 33 livros de 11 coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As autoras denunciam o não cumprimento dos preceitos legais em relação à questão das diversidades e da representação nos livros analisados.

Em “Uma experiência com jogos africanos para o ensino de Matemática e valorização da cultura africana”, quarto capítulo, Andreia Cristina Fidelis de Souza e Tatiana Miguel Rodrigues-Souza apontam lacunas em termos de “abordagem étnico-histórico-cultural dos afrodescendentes” nos livros didáticos. As autoras destacam o potencial dos jogos africanos como recurso didático para o ensino da matemática, assim como para difundir o legado e promover a valorização da cultura africana.

No capítulo “Tornar-se sujeito na diferença: reflexões sobre questões raciais no ambiente escolar”, Fernanda Kalianny Martins Sousa apresenta dados resultantes de atividade

sobre assédio e violência, desenvolvida com estudantes na faixa etária entre 15 e 18 anos, da rede pública de ensino. A autora destaca o potencial da escola no processo de conquista de direitos, com vistas a uma sociedade mais justa.

Ana Maria Klein, Keide Tukamoto Oyafuço, Rafael Ascêncio Sanches e Mariana Dutra da Silva, no sexto capítulo, intitulado “Discutindo racismo no Ensino Médio: relato de um projeto”, apresentam dados de um projeto realizado com estudantes de uma escola estadual, para tratar da questão do preconceito e do racismo, e destacam a necessidade de uma sociabilidade pautada pelos Direitos Humanos, sendo a escola um espaço estratégico para debater essas questões.

No capítulo “Educação em Direitos Humanos, racismo institucional e antirracismo”, Ana Maria Klein e Tiago Vinícius André dos Santos destacam desafios da universalidade dos Direitos Humanos, em decorrência das discriminações relacionadas à classe social, gênero, etnia, dentre outras. Klein e Santos defendem a educação em Direitos Humanos, com vistas ao desvelamento e ao combate ao racismo institucional.

Em “Desautomatizando olhares hegemônicos sobre a diferença”, Fernando Luís de Moraes e Cláudia Maria Ceneviva Nigro abordam o projeto literário de Waldo Motta, cuja poética é perpassada pela tríade “negro, gay e pobre” e instiga a problematizações acerca de políticas igualitárias envolvendo a interseccionalidade.

No capítulo denominado “Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou: a existência por meio da escrita”, Marcela Ernesto dos Santos, da análise de *Diário de Bitita* e de *I know why the caged bird sings*, destaca peculiaridades dessas obras, quais sejam, os preconceitos – de gênero, de etnia e de classe – enfrentados pelas respectivas autoras nas trajetórias de vida e o processo de autoaceitação. Santos aponta também o potencial da escrita no processo de sensibilização para a temática do preconceito.

Monica Abrantes Galindo, em “A Mulher Maravilha: refletindo sobre feminilidades e mulheres negras a partir do filme”, destaca o contraditório potencial educativo de produções cinematográficas e questiona sobre quais aspectos do filme em referência contribuem para o processo de superação de estereótipos e para problematizações sobre feminilidades e racismos. Galindo ressalta que esse filme, por um lado, apresenta avanços, mas, por outro, não supera determinados estereótipos relacionados a feminilidades e racismos.

Em “O regresso da Pantera Negra: discussão acerca das desigualdades étnico-raciais no contexto do rap e do cinema contemporâneos”, Davi Silistino de Souza e Leandro Passos apontam o potencial das produções artísticas enunciadas – o filme Pantera Negra e a música homônima, de Emicida – para problematização das questões étnico-raciais. Porém, os autores identificaram a presença de estereótipos relacionados ao gênero e à etnia.

Renan Antônio da Silva, em “Liberdade, racismo e justiça: direitos sociais no Brasil e México”, apresenta reflexões sobre direitos sociais nesses países, remetendo à questão da liberdade, do racismo e da justiça. Não obstante similaridades, o autor destaca que ambos os países têm trajetórias históricas diferenciadas entre si, fato que repercute em diversos aspectos, inclusive nas políticas sociais neles implementadas, o que tem relação com a configuração do aparelho de Estado.

Considera-se que o livro em tela aborda vários temas, tendo como eixo estruturante/articulador a questão da discriminação e do preconceito em decorrência principalmente de

classe social, de etnia e de gênero, cujos impactos potencializam-se, quando em situações de interseccionalidade entre esses e/ou outros fatores.

Vale destacar a necessidade de iniciativas antirracistas no currículo, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, principalmente nos cursos de formação docente (MARQUES; DORNELLES, 2018), articuladas com os Direitos Humanos, inclusive porque, conforme Klein, Torres e Galindo (2019, p. 20): “Não há democracia sem respeito aos direitos de todos os grupos sociais.”.

Este livro tem potencial para contribuir com o trabalho de profissionais de diferentes modalidades e níveis da educação escolar (e da não escolar), especialmente na formação de professores, porque uma parte dos dados apresentados decorre de diferentes experiências que envolveram, de forma direta, escolas cujos territórios repercutem os históricos e estruturais preconceitos e discriminações imperantes na sociedade brasileira, o que torna a escola uma instituição profícua para educação em Direitos Humanos. Aliás, reiterando o óbvio, a questão do preconceito e da discriminação envolve fatores complexos, demandando, assim, proporcional aporte teórico-prático na concepção e execução de atividades educativas atinentes a essa temática, quesito para o qual este livro pode contribuir.

Em uma conjuntura de recorrentes, intensos e crescentes ataques, assim como de retrocessos – efetivos ou iminentes – em relação aos princípios do Estado democrático de direito, aos Direitos Humanos e aos direitos sociais no Brasil, este livro configura-se como difusor e amplificador de vozes críticas contra preconceitos e discriminações, as quais, por meio de atividades de ensino, de pesquisa e/ou de extensão, realizam uma aposta pautada pelos princípios dos Direitos Humanos, especialmente por intermédio de iniciativas de educação em clave contra-hegemônica e pautadas pela tríade interdisciplinaridade, interculturalidade e interseccionalidade.

## REFERÊNCIAS

KLEIN, A. M.; TORRES, J. C.; GALINDO, M. A. Direitos Humanos, mulheres e gênero nas escolas: uma questão de política pública. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, p. 9-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8732>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARQUES, C. M.; DORNELLES, L. V. Quem disse que as questões raciais não afetam os bebês? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 52, jan./mar., 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/30344>. Acesso em: 14 fev. 2021.

## DADOS DO AUTOR

### CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA

Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC - Marília) da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

E-mail: [silvanegrao@gmail.com](mailto:silvanegrao@gmail.com)

Submetido em: 28-01-2022

Aceito em: 17-11-2022